

Resenha do livro “Mérito, Desigualdades e Diferenças: cenários da [in]justiça escolar Brasil e Portugal”



SETTON, Maria da Graça Jacinto (org.). **Mérito, Desigualdades e Diferenças: cenários de (in)justiça escolar Brasil e Portugal.** São Paulo: Annablume, 2017.

Luiza Turnes

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil
luh_turnes@hotmail.com

Julia Larissa Borges Barcella

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil
juliabarcella@hotmail.com

Morgana Dreon

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Brasil
mogdreon@gmail.com

Para citar esta resenha:

TURNES, Luiza; BARCELLA, Julia Larissa Borges; DREON, Morgana. Resenha do livro “Mérito, Desigualdades e Diferenças: cenários da [in]justiça escolar Brasil e Portugal”. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 315-321, jan./abr. 2018.

DOI: 10.5965/1984723819392018315

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723819392018315>

O livro “Mérito, Desigualdades e Diferenças: cenários da (in)justiça escolar Brasil e Portugal”, organizado por Maria da Graça Jacinto Setton e publicado em 2017 pela editora Annablume, configura-se como uma obra marcada pela preocupação de um grupo de pesquisadores brasileiros e portugueses em dialogar sobre os desafios educacionais contemporâneos no Brasil e em Portugal. Esses desafios, agora materializados em forma de capítulos/artigos, fazem parte das reflexões de alguns dos pesquisadores participantes do V Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação ocorrido em São Paulo, no ano de 2016, que teve como temática central “Cenários de (in)justiça escolar”.

A obra, em termos estruturais, está organizada em prefácio, nove capítulos e breve apresentação dos autores. O prefácio da obra apresenta, por meio de uma epígrafe de Jorge Luis Borges (1899-1986), uma reflexão acerca dos limites e/ou possibilidades da ciência e sua articulação aos desafios e contextos históricos. Trata-se de desvelar “os mecanismos objetivos e simbólicos que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais frente aos processos educativos” (SETTON, 2017, p. 8). Todavia, novas configurações são criadas e a sociologia da educação defronta-se com as temáticas correlatas à (in)justiça escolar permeadas pela ideia do mérito (SETTON, 2017). A problemática colocada por meio das novas configurações permeia as discussões presentes nos artigos da obra que tem como fio condutor enfatizar alguns dos paradoxos dos objetos de estudo da sociologia da educação.

O primeiro capítulo, “A persistência do projeto arquitetônico piramidal da escola e da universidade brasileiras”, escrito por Ione Ribeiro Valle, tem como objetivo analisar o lugar ocupado pela Escola e pela Universidade na conservação e/ou transformação social. Para tal, Valle apresenta uma das teses centrais da modernidade, a diferenciação social, em duas dimensões: a) a do acesso às instituições de ensino superior e; b) a seleção de

algumas metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Conforme a autora, a “análise destas dimensões permite produzir mapas de desigualdades escolares entrelaçadas com as desigualdades sociais e elaborar figuras de injustiça escolar, tendo por base contextos diversos capazes de cruzar níveis micro, meso e macro” (p. 16). A partir das lentes interpretativas da pesquisadora, observa-se que a educação brasileira apresenta uma estrutura segregadora confirmada pelo projeto arquitetônico piramidal. Portanto, ainda estamos em busca da democratização de acesso em todos os níveis, tornando-se indispensável que as instituições educacionais sejam “instrumento de justiça social” (p. 27).

No segundo capítulo, “A excelência como objeto de estudo: impasses e desafios de uma metodologia pluriescalar”, a autora Leonor L. Torres coloca em destaque a problemática da excelência acadêmica na escola pública portuguesa. Segundo Torres, a pesquisa está pautada em três correntes investigativas fundamentais: “nas teorias da reprodução social e cultural; no movimento das escolas eficazes e, de forma mais significativa, nas abordagens em torno do efeito escola e do efeito estabelecimento” (p. 37). Com isso, a pesquisadora discute o modelo de análise de excelência buscando apreender trajetórias de excelência e seus fatores correlatos e, posteriormente, apresenta “o *design* metodológico desenvolvido” (p. 36) e sua articulação aos referenciais teóricos. A partir desses dois momentos, Torres constata algumas tensões e desafios teórico-metodológicos que auxiliaram para a construção do fenômeno em sua visão global – articulando as dimensões macro, meso e micro –, isto é, compreender o todo a partir das suas diferentes partes.

O terceiro capítulo, “Hoje a folha de Excel é que manda? As outras faces das desigualdades na educação”, de José Manuel Resende, tem como referência a educação pública de Portugal. O autor trabalha com excertos de entrevistas realizadas com professores por um de seus orientandos de doutorado. Resende questiona sobre o lugar que a instituição escolar ocupa na atualidade, considerando as distintas sociabilidades provenientes de contextos heterogêneos e aponta algumas das premissas adotadas pelas escolas para reduzir as desigualdades como, por exemplo, as “políticas de acolhimento”, que buscam atender a públicos sociais distintos e as “políticas de habitar”, que mostram os vários modos de habitar a escola hoje. Além disso, o pesquisador

discorre sobre uma maior mobilidade do corpo docente nos estabelecimentos de ensino, o que impede o desenvolvimento de relações de proximidade com os estudantes e, em consequência, do desenvolvimento da “política de afetos”. Resende destaca também que os professores sentem-se desencorajados com o preenchimento de relatórios cada vez mais exigentes ao Ministério da Educação, que exige optar entre realizar a “política dos afetos” com estudantes e/ou a “política da eficácia”, à qual estão expostos.

Sandra Zákia Sousa e Mariane C. Koslinski abrem a discussão do quarto capítulo denominado “Avaliação em larga escala, índices e premiação: iniciativas de estados brasileiros e seus efeitos” analisando os movimentos de ampliação de iniciativas governamentais de associação de incentivos a partir de uma atenta análise dos processos que culminam nos resultados dessas avaliações nas regiões norte, nordeste, centro-oeste e sudeste do Brasil. Após, apresentam as iniciativas de premiação governamentais dos estados brasileiros pertencentes às regiões anteriormente citadas e seus efeitos no cenário escolar, construindo o seguinte questionamento: “Índices e bonificação: elevação de desempenho escolar e promoção de equidade?” (p. 91). As autoras sinalizam que os resultados destas avaliações, em âmbito federal, estadual e municipal servem como parâmetro para o estabelecimento da noção de qualidade da educação e do ensino e determinam as ações posteriores referentes à formação continuada, currículo e estratégias de rendimento dos estudantes, bem como os reflexos nas escolas beneficiadas ou não pela política de bonificação. Ressaltam, por fim, que a utilização das avaliações está ligada diretamente aos projetos educacional e social “assumidos pelos que integram os contextos educacionais” (p. 92), podendo refletir no discurso do mérito a legitimação das desigualdades.

No quinto capítulo, “A construção social de corpos (a)normais: mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens *negr@s*”¹, Rodrigo Ednilson de Jesus baseia-se na pesquisa “A exclusão de jovens adolescentes de 15 a 17 anos cursando ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas”, feita por meio do Observatório da Juventude da UFMG, UNICEF e Secretaria de Educação Básica do MEC, entre os anos de 2012 e 2013. O autor realiza uma discussão sobre as formas de racismo que transformam os corpos de estudantes *negr@s* em (a)normais. Em sua análise, o pesquisador destaca

¹ O autor usa a palavra *negr@s* para se referir a jovens negros e jovens negras. Aqui, optamos por manter a sua forma de escrita.

que os modos como as escolas lidam com o racismo que nelas se apresenta geram estigmas em estudantes negr@s, sendo que seus sofrimentos são invisibilizados pelo silenciamento institucional. Com isso, aumentam os números de evasões escolares por estes estudantes, ao passo que não se sentem acolhidos para enfrentar tais situações com a indiferença do corpo docente. Assim, o autor explica como se constitui o que ele chama de “produção do fracasso escolar de jovens negr@s”, gerado por desestímulos e evasões da escola.

No sexto capítulo, “Desigualdades entre as escolas públicas: evidências com dados públicos da Prova Brasil”, Maria Teresa Gonzaga Alves discorre sobre a apropriação de técnicas de tratamento de dados de modo quantitativo pelas ciências sociais, ao longo da segunda metade do século XX e sua relevância na atualidade para compreender contextos educacionais. Para ilustrar o cenário brasileiro, ela analisa os dados da Prova Brasil de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 e as variáveis dos estudantes que as realizaram. Neste período histórico, segundo a autora, os dados quantitativos vêm destacando-se em estudos acerca das “desigualdades de resultados educacionais” e das “oportunidades desiguais de escolarização” (p. 124). A pesquisadora constata que a qualidade do ensino e a equidade para com os estudantes nas escolas não convergem. Diante disso, destaca que as diferenças entre os grupos sociais continuam aumentando e, em consequência, as chances de exclusão na e da escola, apontando, assim, a necessidade da implementação de políticas públicas que viabilizem a diminuição destas diferenças como um meio fundamental para a melhoria do cenário educacional brasileiro.

O artigo denominado “Crise e mudança nos sistemas educativos do sul da Europa: políticas educativas de equidade”, sétimo capítulo da obra escrito por João Sebastião, aborda as transformações nos sistemas educativos em quatro países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) provenientes da crise financeira, econômica e social. A partir da discussão da noção de ‘crise’, o pesquisador conclui que os mecanismos de avaliação nos diversos níveis de funcionamento dos sistemas educativos geraram três impactos relativos à igualdade de oportunidades educativas: a) cortes financeiros na educação, afetando a oferta educativa e sua qualidade; b) reorientação nas agendas de educação, visto que – com exceção da Itália – os governos dos outros países tornaram-se mais conservadores e; c) defesa de uma concepção ideológica, na qual a responsabilidade

pela crise estava articulada aos gastos excedentes do Estado e à ideia de que as pessoas “viviam acima das suas possibilidades” (p. 154). Assim, Sebastião avalia que os impactos citados tiveram influência direta sobre a igualdade de oportunidades educativas pós-crise.

No oitavo capítulo, “Expansão, desigualdades e desempenhos dos sistemas educativos: um olhar cruzado entre os dois lados do Atlântico”, Suzana da Cruz Martins, a partir de um estudo exploratório, se propõe a fazer um “reconhecimento das dinâmicas de escolarização ao nível global e uma caracterização das desigualdades educacionais” (p. 157), com base em uma série de indicadores estatísticos sobretudo das organizações UNESCO e OCDE. Tais indicadores são analisados a partir do período de intensificação mundial dos processos de expansão da escolaridade, datado de meados do século XX, em que a autora, alicerçada em uma sociologia comparativa, possibilita ao leitor uma visão alargada desses processos e seus efeitos em diferentes regiões do globo, refinando o olhar aproximado entre Brasil e Portugal. Dois eixos norteiam o escrito, o primeiro trata as desigualdades educativas atreladas a outras desigualdades sociais e o segundo adentra a capacidade e o desempenho dos sistemas educativos para operarem nas dinâmicas de escolarização em diferentes países que, apesar do *isomorfismo* aparente, conduzem de maneira diferenciada tais processos.

No nono capítulo, “Vantagem na desvantagem? Articulando marcadores de diferença na análise sociológica do sucesso escolar”, Sandra Mateus, tendo como empiria uma extensa pesquisa realizada em Portugal com jovens descendentes de imigrantes pertencentes a diferentes níveis de ensino, revisita os marcadores de diferença a partir de abordagens interseccionais, visando a articulação dos diferentes marcadores e seus efeitos, que podem nem sempre ser negativos, proporcionando ao leitor “uma reflexão de caráter epistemológico e meta crítico” (p. 180). A partir das dinâmicas de interseção realizadas com tais imigrantes, sendo estes de países africanos de língua oficial portuguesa, observa-se, sobretudo, uma “persistente vantagem feminina” (p. 181) dentro de seu grupo étnico, bem como quando comparado com alunos autóctones da mesma classe social, indicando que as diferenças de gênero podem ser “particularmente facilitadoras” (p. 183) do sucesso escolar. Este e outros efeitos indicam a emergência de novas lentes que deem maior vazão às “análises combinadas que não visem apenas aferir o peso de uma determinada variável” (p. 184).

Para concluir, consideramos de suma importância que esta obra seja conhecida, lida e discutida, principalmente, no Brasil e em Portugal. As temáticas abordadas desvelam alguns dos mecanismos de injustiça escolar e sua relação com a sociologia da educação. Por fim, consideramos urgente que se discuta, entre outros aspectos, uma das teses centrais da modernidade – e que a obra apresenta em um de seus capítulos – a da diferenciação social. Isto é, que se faça deste assunto objeto de investigações para que possibilidades de minimização das desigualdades e injustiças escolares sejam criadas.

Recebido em: 22/01/2018
Aprovado em: 07/02/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 19 - Número 39 - Ano 2018
revistalinhas@gmail.com